



FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA

**TATIANA ORNELAS FELISBERTO
MYRELLE THAYLLA FERRAZ TORRES**

**ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CAPITAL DAS MICROEMPRESAS:
UM ESTUDO REALIZADO COM AS MICROEMPRESAS COMERCIAIS
CLIENTES DO ESCRITÓRIO PRIME CONTABILIDADE DO
MUNICÍPIO DE CARATINGA- MG**

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

DOCTUM - MG

2018

**TATIANA ORNELAS FELISBERTO
MYRELLE THAYLLA FERRAZ TORRES**

**ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CAPITAL DAS MICROEMPRESAS:
UM ESTUDO REALIZADO COM AS MICROEMPRESAS COMERCIAIS
CLIENTES DO ESCRITÓRIO PRIME CONTABILIDADE DO
MUNICÍPIO DE CARATINGA- MG**

Monografia apresentada à banca examinadora do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Doctum de Caratinga, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. José Francisco Peixoto.

**DOCTUM - CARATINGA
2018**

RESUMO

No cenário econômico brasileiro, os pequenos empreendimentos se tornam cada vez mais expressivos, tanto na criação de postos de trabalhos, quanto na parcela significativa de renda que é gerada no país. As microempresas são importantes para o desenvolvimento dos municípios, principalmente de cidades do interior, onde muitas vezes há uma carência de postos de trabalho. Porém, é preocupante a forma como muitos empreendimentos não conseguem se estabelecer no mercado. Desta forma, se tornam relevantes estudos que contribuam para investigar a razão da taxa de mortalidade de muitos microempreendimentos. Assim esse trabalho busca saber qual a estrutura de capital das microempresas, realizando um estudo sobre as microempresas comerciais clientes do escritório Prime Contabilidade do município de Caratinga- MG. O objetivo desta pesquisa é investigar e analisar quais as fontes de recursos utilizadas pelas microempresas comerciais clientes do escritório Prime Contabilidade do município de Caratinga, bem como verificar características dos microempresários e dos empreendimentos. Para alcançar este objetivo, foi aplicado um questionário aos microempresários, contendo perguntas relativas ao empreendedor e outras relativas ao empreendimento. A amostra obtida corresponde á 21 microempresas comerciais, cerca de 60% do universo pesquisado. Neste contexto as evidências apontam que as microempresas comerciais estudadas nesta pesquisa tem maior tendência a utilizar recursos próprios do que recursos de terceiros e que quase a metade dos microempresários acreditam ser mais vantajoso utilizar somente recursos próprios para financiar seu negócio.

Palavras-chave: Microempresa. Microempreendedor. Estrutura de Capital.

RESUMO

In the Brazilian economic scenario, the small businesses become increasingly significant, both in the creation of jobs, and in a significant portion of income that is generated in the country. Micro-enterprises are important for the development of cities, especially in the inner cities, where there is often a lack of jobs. However, it is worrying the way many enterprises fail to establish themselves on the market. In this way, become relevant studies that contribute to investigate the reason for the mortality rate of many micro-enterprises. So this work seeks to know what is the capital structure of micro-enterprises, conducting a study on micro-enterprises Office Prime clients Accounting business in the city of Caratinga-MG. The objective of this research is to investigate and analyze What are the sources of funding used by commercial customers of Prime Office micro-accounts of the municipality of Caratinga, as well as checking characteristics of micro-entrepreneurs and enterprises. To achieve this a questionnaire was applied to micro-entrepreneurs, containing questions relating to entrepreneur and other relating to the enterprise. The sample obtained corresponds to 21 commercial micro-enterprises, about 60% of the universe. In this context the evidence show that micro-enterprises studied in this research has greater commercial tendency to use own resources than third-party features and that almost half of entrepreneurs believe to be more advantageous to use only own resources to finance your business.

Keywords: Micro-enterprise. Entrepreneur. Capital structure.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho de conclusão de curso a Deus que esteve me amparando a todo momento. A minha mãe que mesmo que estando junto com os anjos esta me aplaudindo por mais uma etapa minha vencido ; Ao meu pai que junto com meus avos me deram total apoia para que fosse possível realizar esse sonho . E a todos os funcionários da Doctum que nos ajudaram.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ser essencial em minha vida. Aos meus familiares que sempre estiveram ao meu lado, dando apoio e incentivo. Aos professores que estiveram conosco todo período, por esses longos anos, passando para nos o conhecimento necessário para chegar até aqui. Em especial, deixo meu imenso agradecimento. Ao Professor Peixoto, pela orientação, seu grande desprendimento em me ajudar e amizade sincera. Agradeço a equipe de gestores da rede Doctum, e também a coordenadora do curso Silvia, pela disponibilidade em ajudar e grande incentivo para nunca desistir!

Myrelle Thaylla Ferraz Torres

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Idade dos Microempresários.....	25
Tabela 2- Sexo dos Microempresários.....	25
Tabela 3- Grau de Escolaridade dos Microempresários.....	26
Tabela 4- Atividade Exercida Anteriormente pelo Microempresário no Ramo do Negócio.....	26
Tabela 5- Tempo de Atuação da Microempresa no Mercado.....	27
Tabela 6- Gestor da Microempresa.....	27
Tabela 7- Fonte de Recurso Utilizado na Abertura do Negócio.....	28
Tabela 8- Fatores que Dificultam a Aquisição de Crédito Junto á Instituições Financeiras.....	28
Tabela 9- Fatores que Dificultam a Aquisição de Crédito Junto á Instituições Financeiras.....	29
Tabela 10- Média Mensal de Vezes que a Microempresa Recorre á Capital de Terceiro para Fazer Frente às Despesas de Curto Prazo.....	29
Tabela 11- Negociação da Taxa de Juros de Empréstimos e Financiamentos.....	30
Tabela 12- Modalidades de Crédito utilizada pela Microempresa.....	30
Tabela 13- Percentual que a Microempresa deve á Fornecedores em Relação à Dívida Total.....	31
Tabela 14- Prazo Máximo dos Empréstimos Contraídos pela Microempresa.....	31
Tabela 15- Prazo médio concedido pelos fornecedores.....	32
Tabela 16- Qual o prazo médio concedido á clientes.....	32
Tabela 17- Endividamento da Microempresa nos Últimos Cinco Anos.....	33
Tabela 18- O que você considera mais vantajoso para financiar o seu negócio.....	33

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNDL – Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPEs – Micro e Pequenas Empresas

PIB – Produto Interno Bruto

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SEMPE – Secretaria das Micro e Pequenas Empresas

SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1	Definição das Microempresas.....	11
2.2	A importância das Micro e Pequenas Empresas no Mercado Brasileiro.....	13
2.3	Estrutura de Capital.....	15
2.4	Alavancagem Financeira.....	17
2.5	Crédito para Micro e Pequenas empresas.....	19
2.6	Perfil e Características peculiares das Micro e Pequenas Empresas no Brasil.....	21
3	METODOLOGIA	23
3.1	Classificação da Pesquisa Quanto à abordagem.....	23
3.2	Classificação da Pesquisa Quanto aos objetivos.....	23
3.3	Classificação da Pesquisa Quanto aos procedimentos.....	23
3.4	Técnicas e Tratamento dos Dados	24
4	ANÁLISE DE DADOS.....	25
4.1	Análises de dados referentes à Características dos microempresários e dos empreendimentos.....	25
4.2	Análises dados referentes á resultados da pesquisa sobre a estrutura de capital das microempresas.....	27
5	CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	34
	REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

Os pequenos empreendimentos têm encontrado dificuldades para sobreviver no atual mercado competitivo. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2012) indica que as micro e pequenas empresas (MPEs) estão marcadas por grande desigualdade de produtividade, dificuldade de acesso ao financiamento e carência de recursos próprios para investimento e inovações.

É perceptível que os microempreendimentos exercem um papel importante, principalmente na esfera local, segundo a Secretaria das Micro e Pequenas Empresas (2014) as MPEs, além de movimentar a economia dos municípios, contribui para a arrecadação de tributos futuramente transformados em serviços e investimentos de interesse da população.

No município de Caratinga, no ano de 2015, as micro e pequenas empresas representavam um percentual de 94,8% do total dos estabelecimentos formais existentes, que era de 6.729. Neste mesmo ano, cerca de 293 micros e pequenas empresas caratinguenses fecharam suas portas, é o que aponta os dados disponíveis no site do Jornal Diário de Caratinga , em abril de 2016.

Desta forma, a representatividade deste ramo de atividade e a significativa taxa de mortalidade destes empreendimentos, motivam diversos estudos sobre ramo empresarial, em especial pesquisas relativas à estrutura de capital, ou seja, como são compostas as origens de recursos para subsidiar os investimentos da empresa. Algumas pesquisas, citadas no referencial teórico, como a de Filho, Cruz, Pimenta e Cunha (2011), Anjos, Miranda, Silva e Freitas (2012), Barros, Nakamura e Forte (2013), Riva e Salotti (2015), dentre outros, abordam este tema.

É evidente a necessidade de identificar alguns fatores ou condições que possam interferir na continuidade das microempresas no mercado, portanto a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: qual a estrutura de capital das microempresas comerciais clientes do escritório Prime Contabilidade do município de Caratinga- MG?

Este estudo tem o objetivo de investigar e analisar quais as fontes de recursos utilizadas pelas microempresas comerciais clientes do escritório Prime Contabilidade do município de Caratinga, bem como verificar características dos microempresários e dos empreendimentos.

A hipótese tratada é de que as microempresas do estudo têm maior tendência a utilizar de recursos próprios, do que recursos de terceiros, para fazer frente aos seus investimentos.

Foi adotada neste estudo a pesquisa qualitativa. Para aprofundamento do tema e elaboração da fundamentação teórica foi utilizada a pesquisa bibliográfica e a fim de possibilitar a coleta de dados da amostra, utilizou a pesquisa de campo. Para atingir os objetivos do estudo, foi aplicado um questionário direcionado aos microempresários, dividido em questões direcionadas aos microempreendedores e outras relativas ao empreendimento. A amostra foi extraída através de 21 microempresas. A análise de dados foi realizada aplicando-se à estatística descritiva.

Objetivando um melhor entendimento e exposição, o presente trabalho, foi dividido em quatro capítulos, primeiramente está abordada a fundação teórica, no segundo é tratada a metodologia utilizada, no terceiro capítulo, é exposta a análise de dados, e por último, temos as conclusões e recomendações.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Definição das Micro e Pequenas empresas

Filion (1990) aponta três variáveis qualitativas mais referidas na definição das micro, pequenas e médias empresas em vários países, que são, independência da propriedade e da administração, administração personalizada e pequena parcela de mercado.

Nos estudos de Kassai (1997) sobre empresas de pequeno porte e a Contabilidade, ele relata que tão grande quanto a discussão a cerca da função a ser exercida pelas empresas de pequeno porte na economia é a falta de definição em relação ao que venha ser exatamente “pequenas empresas”, várias definições têm sido utilizadas baseando-se em critérios qualitativos, quantitativos ou mesmos nos dois critérios, até na esfera legal há definições variadas.

Lima (2001) observa que não existe um único critério que seja aceito universalmente para definir as micro, pequenas e médias empresas, vários, diversos indicadores podem ser adotados para a classificação de tais empresas, porém eles não podem ser considerados inteiramente apropriados e definitivos para todos os tipos de cenários.

Ainda de acordo com Lima (2001) quando associadas a políticas públicas, as definições de empresas exercem enorme efeito sobre a condição das micro, pequenas e médias empresas e sobre a condição sociais e econômicas de um país, a exemplo disso, temos os efeitos da Lei do SIMPLES. Para Lima as definições podem também influenciar o nível de recolhimento tributário do país e proporcionar reflexos macroeconômicos consideráveis.

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, Lei complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006 e atualizada pela Lei Complementar nº 155, de 27 de outubro de 2016, define as microempresas aquelas que atingiram a faturamento anual igual ou inferior á R\$ 360 mil.

Conforme Souza (2009) as formas de classificações dadas as MPE distinguem-se quanto ao numero de empregados (critério classificação do SEBRAE), o tipo jurídico e faturamento anual (Simples Nacional e Lei Geral), e a receita operacional anual (critério adotado pelo BNDES). Os diversos tipos de classificação

podem ser atribuídos às finalidades de acordo com a pretensão que instituições têm de interagir com tais empresas.

A lei geral municipal da microempresa e empresa de pequeno porte do município de Caratinga-Mg, Lei nº 3.125/2009, adota em sua integridade os parâmetros de definição de microempresa e empresa de pequeno porte (MPE) constante do capítulo II da Lei Complementar n. 123, de 114 de dezembro de 2006, bem como as alterações feitas por resoluções do seu Comitê Gestor.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (2010), utilizada de outro critério para concessão de crédito, as Micro Empresas são consideradas aquelas que obtiverem Receita Operacional Bruta anual ou anualizada de até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Leone (2012) conclui que existem diversos critérios para definir o que sejam uma pequena e uma média empresa, os mais utilizados nos diferentes setores são o critério quantitativo pela facilidade de coleta, manipulação e interpretação de dados. Para o autor o tamanho da empresa é determinada por um conjunto de fatores, objetivos e subjetivos, de julgamentos variáveis, está sujeito à interpretação de “tamanho”.

Silveira, Massula, Mota e Silva (2012) observaram diversos critérios para a definição e segmentação das MPEs por parte da legislação específica e também por parte das instituições financeiras oficiais e órgão representantes do setor, alguns tomam como base o valor do faturamento, outros a quantidade de funcionários, e em alguns casos em ambos. Para o autor a adoção de conceitos heterogêneos provém do fato de que a finalidade e os objetivos das instituições que determinam seu enquadramento são diferentes.

Já o SEBRAE (2014) utiliza o número de empregados como critério de classificação do porte das empresas, para fins bancários, ações de tecnologia, exportação e outros. Na indústria a microempresa é aquela com a até 19 empregados e no comércio a microempresa é classificada como a que possui até 9 empregados.

2.2 A Importância das Micro e Pequenas empresas no Mercado Brasileiro

Salomon (1986), salienta que a presença das MPEs no cenário socioeconômico de uma nação é muito significativa, de tal modo que elas promovem uma energia essencial para uma nova estruturação econômica, indispensável no sentido de gerar o crescimento da produtividade de que se necessita.

Segundo Souza (1995), as MPEs são importantes, pois amortecem os efeitos das oscilações na atividade econômica, mantêm o nível de atividade econômica em determinadas regiões, possuem potencial de assimilação, adaptação, introdução e, algumas vezes, criação de novas tecnologias de processos e produtos e colaboram para a descentralização da atividade econômica, principalmente na função de complementar as atividades das grandes empresas.

A importância das MPEs, para o contexto empresarial de acordo com Longernecker, Moore e Petty (1997), é que esse tipo de organização faz parte da comunidade empresarial, dado que colaboram sem dúvidas para a saúde econômica do país, visto que, geram uma parte considerável do total de bens e serviços, contribuindo desta forma de maneira geral e equivalente às grandes corporações.

Segundo Fedato e Goulart (2008) dentro dos diversos fatores que influenciam o aumento das dificuldades que as MPEs enfrentam, os principais fatores estão ligados à escassez de recursos financeiros disponíveis para fazer frente aos investimentos internos e externos na estrutura e processos da empresa.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA (2012), o mundo das micro e pequenas empresas (MPEs) possui uma vasta diversidade de padrões de reprodução econômica em meio ao desenvolvimento capitalista brasileiro, responsáveis por uma significativa parte da contratação da força de trabalho na economia, essas empresas estão marcadas por grande desigualdade de produtividade, de acesso ao financiamento e recursos próprios para investimento e inovações que levam a distintas estruturas de contratação e proteção do emprego dentro delas.

De acordo com Melo e Prieto (2013), as micro, pequenas e médias empresas são essenciais para alavancar o desenvolvimento econômico do país, gerar empregos e renda e proporcionar melhores condições de vida da população, além disso, os indicadores desse segmento empresarial corroboram sua fundamental relevância na economia brasileira e de todo o mundo.

Melo e Prieto (2013), observam também que as micro, pequenas e médias empresas tem a capacidade de impulsionar a economia de pequenos municípios e inclusive, bairros de grandes metrópoles.

Estudos feitos pelo SEBRAE (2014), indicam que as micro e pequenas empresas vêm gradualmente ampliando sua importância na economia brasileira, em termos agregados esta participação era de 21% em 1985, aumentou para 23% em 2001 e para 27% em 2011.

No Brasil, de acordo com a Secretaria das Micro e Pequenas Empresas - SEMPE (2014), em relação ao total de empreendimentos produtivos, a participação das Micro e Pequenas Empresas vem se expandindo ao longo dos anos, conseqüentemente se tem um aumentando da contribuição, destas empresas, na criação de emprego e renda no país.

A SEMPE (2014), destaca também que as MPEs, na esfera local, exerce um papel ainda mais significativo, pois além de movimentar a economia dos municípios, contribui para a arrecadação de tributos futuramente transformados em serviços e investimentos de interesse da população.

De acordo com dados corroborados pelo SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2016), a taxa de sobrevivência de empresas constituídas em 2012, tem uma taxa média Nacional de 76,6%.

Em uma pesquisa sobre o atual cenário das micro e pequenas empresas no Brasil, Costa e Leandro (2016), concluíram que os pequenos negócios são importantes para o país, à medida que são causadores de emprego e renda, e os mesmos têm sido objeto de estudos no meio acadêmico.

Costa e Leandro (2016), observaram também que ao comparar o cenário atual de pequenos negócios formalizados, que é de 14.812.460 (quatorze milhões, oitocentos e doze mil e quatrocentos e sessenta), em relação a 2007, cujo total de era de 5.219.741 (cinco milhões, duzentos e dezenove mil e setecentos e quarenta e um), verificou-se, que dentro de outros fatores, a criação da Lei 123/2006, influenciou nestes índices.

2.3 Estrutura de Capital

Weston e Brigham (2000), afirmam que a política de estrutura de capital compreende a troca (tradeoff) entre risco e retorno, ou seja, o uso de mais dívida aumenta o fator risco do fluxo de ganhos da empresa, no entanto um índice mais elevado de endividamento, em geral, leva a uma taxa de retorno esperada mais elevada.

As teorias de Myers (2001), sobre o tema estrutura de capital concentram em explicar a medida entre as fontes de financiamento empregadas pelas empresas para cobrir os investimentos efetuados, conseqüentemente grande parte das pesquisas empíricas a cerca deste assunto tem foco na proporção entre títulos de dívidas e ações observáveis do lado direito do balanço patrimonial das entidades.

Brealey e Myers (2003), alegam que a estrutura de capital deve levar em consideração as dívidas de curto prazo quando obrigações de curto prazo forem empregadas na função normalmente ocupadas pelas obrigações de longo prazo.

Para Leal e Saito (2003), o arranjo da estrutura de capitais das empresas brasileiras não se vale de um mercado de capitais desenvolvido, diante disso a utilização de endividamento de longo prazo é restrita e a retenção de lucros passa a ser a fundamental origem de recursos.

De acordo com Silva (2006), há três tipos de origens de financiamentos, aqueles oriundos de sócios ou acionistas, os lucros apurados das operações das corporações e aqueles obtidos a partir de dívidas adquiridas junto a terceiros.

Para atingir uma estrutura ótima de capital Brigham e Ehrhardt (2006), apontam que é necessário manter o equilíbrio entre duas variáveis, o risco e o retorno, de forma que maximize o valor da ação da empresa.

Uma das principais questões para o administrador financeiro, na visão de Ross, Westerfield, Jordandiz (2009), é como a empresa adquire os financiamentos essenciais para manter os investimentos de longo prazo.

Ainda de acordo com Ross, Westerfield, Jordandiz (2009), a estrutura de capital remete o conjunto específico entre capital de terceiros a longo prazo e capital próprio que a empresa emprega para subsidiar suas ações, diante disso, o administrador financeiro tem a preocupação de qual o montante que a empresa deve obter emprestado e qual a fonte menos custosa de recursos para a empresa.

A estrutura ótima de capital é conceituada por Assaf Neto (2010), como a quantidade de recursos próprios e de terceiros a ser mantida por uma entidade resultando na maximização da riqueza de seus acionistas.

Lemes Júnior, Rigo, Cherobim (2010), conceitua estrutura de capital como um conjunto de todas as origens de financiamento de longo prazo, dívida ou capital próprio, usadas pela empresa.

Ainda de acordo Lemes Júnior, Rigo, Cherobim (2010), diferencia a estrutura financeira e estrutura de capital, dado que a primeira é mais ampla, abrangendo todo o passivo do balanço patrimonial, isto é, recursos de curto e de longo prazo, já estrutura de capital compreende somente os financiamentos de longo prazo.

Junqueira, Oliveira, Bressan, Bertucci (2010), destaca a relevância do estudo da estrutura de capital, por não haver respostas decisivas sobre qual seria a mais adequada composição entre capitais próprios e de terceiros ponderando os diversos tipos de organizações existentes, diferentes setores empresariais, e ambientes empresariais específicos.

Sobre capital próprio e de terceiros Assaf Neto (2010), conceitua o capital próprio como “recursos dos acionistas” e desta maneira, se espera que o retorno deste se configure em uma taxa mínima que a empresa deseja obter ao aplicar estes recursos, já o capital de terceiros é constituído por várias dívidas onerosas adquiridas pela empresa.

Para Júnior, Keuzberg, Hein e Whilen (2014), cada empresa constitui uma estrutura de capital ótimo considerando a aceitação do risco por uma parcela dos acionistas entre outros elementos, desta forma a eficiência da gestão do capital pode sofrer influência por contos ou características intrínsecas das empresas que afetam de forma direta no seu desempenho.

Em uma pesquisa sobre estrutura de capital: um estudo bibliométrico dos reflexos de seus determinantes, Coelho (2015), verificou treze variáveis determinantes da estrutura de capital, entre elas, destacam a rentabilidade, com 80% e a tangibilidade com mais de 70% de ocorrência.

Silva, Souto e Correia (2017), concluem que quando o fluxo de caixa das empresas é insuficiente para efetivação de seus projetos, existe uma tendência em procurar o financiamento através do capital externo, por ser um tipo de capital ser considerado menos custoso e de fácil acesso.

2.4 Alavancagem Financeira

Martins e Assaf Neto (1986), relatam que a alavancagem financeira consiste na tomada de recurso de terceiros a um custo “Y” e a aplicação deste em ativos a uma taxa “X”, a diferença destina-se aos proprietários e modifica o retorno sobre o patrimônio líquido, alterando-o para mais ou menos em relação ao que seria aferido caso o investimento total fosse realizado utilizando apenas recursos próprios.

Para Gitman (1997), a alavancagem financeira pode ser conceituada com a utilização de ativos ou recursos com encargos financeiros fixos a fim de maximizar os resultados de variações do lucro antes de juros e imposto de renda sobre o lucro por ação, ou seja, para maximizar o retorno dos acionistas da empresa.

Gitman (1997), também esclarece, à vista que os prêmios de risco crescem com o aumento da alavancagem financeira, o aumento do lucro líquido não significa a maximização da riqueza dos proprietários, desta forma, para definir uma estrutura de capital ótima, é preciso levar em consideração tanto o retorno desejado quanto o risco.

Segundo White, Sondhi, Fried (1997), na perspectiva dos acionistas a alavancagem financeira é uma medida que permite evidenciar a relação risco versus retorno.

Para Myers (2001), a alavancagem financeira pode ser considerada como a razão entre dívida financeira e capital dos acionistas.

De acordo com Myers (2001), os custos e os benefícios dos planos de alavancagem financeira são avaliados pelo tomador de decisão, afim de que os custos e benefícios marginais fiquem balanceados, com uma estrutura de capital ótima de terceiros e capital próprio, potencializando e acrescentando valor a empresa.

Padoveze (2003), define alavancagem financeira como a possibilidade de os acionistas da empresa alcançar maior lucratividade para suas ações, utilizando intensivamente o capital de terceiros, isto é, empréstimos.

Silva (2006), destaca que a alavancagem financeira é maior quando maior for o nível da dívida de uma empresa em relação ao total do seu ativo.

De acordo com Gitman (2004), quanto maior for a utilização de recursos de terceiros pela empresa em relação aos ativos totais, maior será sua alavancagem financeira, desta forma, mais alto será o grau de alavancagem financeira.

Ross, Westerfield, Jordandiz (2009), afirmam que a alavancagem financeira é a intensidade com a qual a empresa está endividada, quanto maior for a utilização de capital de terceiros pela empresa, maior será a alavancagem financeira adotada.

Para Bertucci, Bressan e Oliveira Bertucci (2009), existe a crença de que as empresas do Brasil, geralmente, privam-se do endividamento por causa do seu elevado custo, tendo em vista que as taxas de juros brasileiras são as mais altas entre os países desenvolvidos, porém os resultados encontrados no estudo destes autores apontam o contrário, a utilização de recursos de terceiros com efeitos sobre a alavancagem financeira das empresas é relevante para financiamento de projetos.

Já para Assaf Neto (2010), a alavancagem financeira consiste na tomada de capital de terceiros a um determinado custo e aplicando esse recurso em uma atividade que retorne uma taxa maior que o custo de captação destes recursos de terceiros, e a diferença mostrar-se como lucro do proprietário.

Junqueira, Oliveira, Bressan, Bertucci (2010), concluíram que o endividamento influencia positivamente sobre o investimento, isto é, quanto maior a dívida de uma organização maior será os investimentos. Os autores concluíram também que a rentabilidade revelou uma correlação positiva e estatisticamente relevante sobre o investimento, desta forma, as empresas mais lucrativas possuem maior probabilidade de admitir projetos de investimento.

Os resultados obtidos por Filho, Cruz, Pimenta e Cunha (2011), em um estudo sobre estrutura de capital e alavancagem financeira em micro e pequenas Empresas Goianas, sinalizam que os micros e pequenos empresários goianienses creem que o um correto equilíbrio entre fontes de capital é capaz de agregar valor para as empresas, e que estes empresários preferem o uso de recursos próprios como fonte de financiamento em detrimento dos recursos custosos e da inserção de novos sócios, refletindo no grau endividamento e alavancagem financeira.

De acordo com Ferreira (2013), as despesas financeiras dependem diretamente do volume de empréstimos e financiamentos e da taxa de juros, desta forma, as despesas financeiras são classificadas como custos/despesas fixos e estas, podem causar efeitos de alavancagem.

2.5 Crédito para Micro e Pequenas Empresas

De acordo com Carvalho e Abramovay (2004), o sistema Financeiro brasileiro não atende as necessidades das micro e pequenas empresas, o crédito bancário para este seguimento é muito caro e de difícil acesso, limitando a capacidade de crescimento das empresas, por não terem acesso a serviços financeiros de acordo com suas necessidades ou por conseguirem estabelecer uma relação permanente com o banco, entretanto terem que repassar uma grande parte de sua renda ao setor financeiro no transcorrer de suas dívidas.

Segundo Morais (2005), no ponto de vista bancário, os principais fatores que distingue as condições de acesso das grandes corporações ao crédito, em relação às MPEs, são as temas relativos à qualidade dos registros contábeis, o acesso a balanços patrimoniais completos na grande empresa refletiria com mais clareza a situação patrimonial e financeira, possibilitando análises de risco mais segura nesse segmento.

O SEBRAE (2009), de São Paulo aponta que entre os anos de 2005 e 2008, a oferta dos empréstimos às micro e pequenas empresas no estado melhoraram, porém os empréstimos para este setor permanecem caros e burocráticos e que, atualmente, a negociação de prazos com os fornecedores, o cheque especial, cartão de crédito, e o cheque pré-datado, são as principais origens de financiamento adotadas pelas MPEs.

De acordo com Anjos, Miranda, Silva e Freitas (2012), a principal fonte de recursos utilizada pelos gestores das MPEs no início dos negócios é proveniente de recursos pessoais. Já em relação à decisão de financiamento, os autores afirmam que, apesar destes gestores percebem a informação contábil como último, usam de outras variáveis, como o *feeling* sobre nível de endividamento e a necessidade de investimentos em detrimento da contabilidade.

Os resultados da pesquisa realizada por Barros, Nakamura e Forte (2013), sobre determinantes da estrutura de capital de Pequenas e Médias empresas brasileiras sugerem que as PME's tendem a financiar seu crescimento com dívida somente depois de esgotar seus recursos internos. Os autores também encontraram evidência que o tamanho da empresa está positivamente relacionado com a alavancagem, podendo concluir que as empresas maiores têm mais acesso ao

mercado de crédito e que as MPEs tendem a ser menos alavancadas financeiramente.

Carvalho e Schiozer (2015), observaram que o crédito comercial e o financiamento bancário de curto prazo são origens complementares, e não substitutas, de recursos para as MPMEs, e que estas enfrentam o racionamento de crédito em virtude do acesso restrito ao sistema de empréstimos bancários.

O estudo de Souza, Leone e Gomes (2015), demonstrou que devido à fragilidade das demonstrações financeiras, as pequenas e médias empresas encontram dificuldades de acesso a financiamentos externos.

No Relatório Especial sobre o financiamento das MPEs no Brasil, elaborado pelo SEBRRAE (2017), os dados apontam que além de ser pequena participação dos Pequenos Negócios em relação ao total dos créditos concedidos às empresas, entre 2014 e 2017, passou a ser decrescente. Esses dados mostram que entre o 4º trimestre de 2014 e o 1º trimestre de 2017 houve uma queda do valor total da carteira de crédito ativa concedido às MPE, que de R\$416,1 bilhões passou para R\$ 264,6. Assim, não só caiu o uso de crédito em toda a economia, como essa queda foi proporcionalmente mais forte entre as MPE.

Ainda segundo este Relatório do SEBRAE (2017), no 1º trimestre de 2017, 50% do valor da Carteira de Crédito Ativa concedida às MPE pertencia aos bancos públicos, 27% aos bancos privados nacionais e 14% aos bancos estrangeiros. Outros dados deste relatório mostram que há uma grande lacuna entre bancos e as MPEs e que vem crescendo nos últimos anos, no ano de 2017 a avaliação das MPE sobre os serviços de empréstimo/financiamento do sistema bancário brasileiro foi a pior dos últimos 5 anos.

Para Pires e Terense (2017), as micro e pequenas empresas necessitam de recursos para sua sobrevivência, por isso este setor vem lutando para conseguir um lugar no mercado e no meio financeiro, porém há dificuldades na concessão de crédito às pequenas empresas, devido as exigências, garantias, deficiência de preparo do gestor, elevada taxa de mortalidade, até mesmo quanto a questão da insolvência.

2.6 Perfil e Características peculiares das Micro e Pequenas Empresas no Brasil

De acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE (2003), são características das micro e pequenas empresas: baixa intensidade de capital; altas taxas de natalidade e de mortalidade; forte presença de proprietários; sócios e membros da família como mão de obra ocupada nos negócios; poder decisório centralizado; estreito vínculo entre os proprietários e as empresas, não se distinguindo, principalmente em termos contábeis e financeiros, pessoa física e jurídica; registros contábeis pouco adequados; contratação direta de mão de obra; utilização de mão de obra não qualificada ou semiquificada; baixo investimento em inovação tecnológica; maior dificuldade de acesso ao financiamento de capital de giro; relação de complementaridade e subordinação com as empresas de grande porte.

Terence, Bigaton e Filho (2007), realizaram um estudo Survey, junto a 253 empresários que participam do Programa Minidistritos Industriais e de Serviços de São José do Rio Preto/SP, e concluíram que entre as características estruturais encontradas nas micro e pequenas empresas da pesquisa, está o número reduzido de funcionários e a estrutura administrativa simples. Concluíram também que geralmente, a estruturação organizacional é informal, baixa especializada e reduzida.

Para Santos, Ferreira, e Faria (2009), em seu trabalho que evidencia a importância da gestão financeira de curto prazo, relatam que uma das principais causas de fracasso das MPEs são os problemas de liquidez. É perceptível a manutenção da adequada gestão financeira de curto prazo está distante de ser unânime, em virtude da falta de conhecimento e do descuido de diversos pequenos empresários.

A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) (2015), realizou uma pesquisa sobre o perfil das Micro e pequenas empresas no Brasil, através via CATI, entrevistou proprietários ou responsáveis pela gestão financeira de micro e pequenas empresas situadas nos 27 estados brasileiros, com uma margem 95% de confiança. Esta pesquisa constatou que os empresários são a maioria homens, entre 35 e 54 anos e renda familiar de 03

a 10 salários mínimos, 40% possuem ensino superior completo ou pós-graduação/especialização/MBA.

De acordo com esta pesquisa da CNDL e do SPC Brasil, as MPEs possuem em média 6 empregados, 66% possuem entre 1 e 4 funcionários, sendo que 89% são registrados. Cerca de 87% dos empresários estão no mercado há mais de 9 anos, recorrem ao próprio dinheiro, utilizando capital próprio, na hora de iniciar um negócio, 94% têm uma conta em banco só para a empresa e 22% admitem que a administração dos recursos próprios e dos que pertencem à empresa é feita conjuntamente.

Ainda segundo a CNDL e do SPC Brasil (2015), muitos gestores ainda não adotam medidas de controle relevantes para a vida financeira da empresa, 68% das empresas fazem uso de recursos próprios para capital de giro, Cartão de crédito e cheque especial no segundo e terceiro lugares do ranking dos recursos utilizados para o capital de giro, indicando que a qualidade do crédito tomado pelas empresas não é a ideal. Verificou também que há uma relação entre a escolaridade e o faturamento da empresa, quanto maior a formação, maior o faturamento.

Os resultados da pesquisa de Santos, Dorow e Beuren (2016), evidenciam que nas empresas pesquisadas os proprietários tomam suas decisões com base em suas experiências, não recorrem às informações contábeis, pois estas não refletem a realidade da empresa ou o gestor não conhece sua utilidade.

De acordo com o SEBRAE (2017), existem mais de 17,5 milhões de pequenos negócios no Brasil, a maior parte dos pequenos negócios estão concentrados nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os Pequenos Negócios empresariais se concentram principalmente nos setores de comércio e serviços, comércio responde por 42,2% e serviços por 36,6% dessas empresas.

3. METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa Quanto à abordagem

Será adotada neste estudo a pesquisa qualitativa. Para Bogdan e Biklen (2003), a pesquisa qualitativa abrange a obtenção de dados descritivos, alcançado por meio do contato direto do pesquisador com a situação estudada, dando mais ênfase ao processo do que o produto e busca retratar a perspectiva dos participantes.

3.2 Classificação da Pesquisa Quanto aos objetivos

Foi adotada neste trabalho a pesquisa descritiva, segundo Triviños (1987), esse tipo de pesquisa almeja descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade. Segundo o autor, os estudos descritivos utilizam técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, e estas podem ser subjetivas, somente quantificáveis.

3.3 Classificação da Pesquisa Quanto aos procedimentos

Utilizou-se da pesquisa bibliográfica a construção do referencial bibliográfico, e a pesquisa de campo para a coleta de dados.

Vergara (2000), conceitua a pesquisa bibliográfica como o estudo sistematizado baseando-se em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material de acesso ao público em geral.

Para Lakatos e Marconi (2001), todo trabalho científico, toda pesquisa, deve apoiar-se e embasar-se na pesquisa bibliográfica, afim de que não haja desperdício de tempo com um problema que já solucionado anteriormente e possa alcançar conclusões inovadoras.

De acordo com Fonseca (2002), o que caracteriza a pesquisa de campo são as investigações em que se concretiza coleta de dados junto a pessoas, através de recurso de distintos tipos de pesquisa.

3.4 Técnicas e Tratamento dos Dados

A coleta de dados e a análise serão baseadas em uma amostra com 21 microempresas comerciais clientes do escritório Prime Contabilidade do município de Caatinga – MG, cerca de 60% do universo pesquisado. A escolha das microempresas foi de forma aleatória, tendo como premissas, estarem devidamente registradas, serem do setor comercial, se enquadrarem como microempresas de acordo com a Lei nº 3.125/2009, e que o empresário se colocasse disposto a responder o questionário espontaneamente.

Desta forma para coletar os dados foi aplicado um questionário junto aos microempresários atuantes do município de Caratinga. O questionário composto por 20 questões fechadas com diversas alternativas. Algumas perguntas foram relativas à características do empreendedor e do empreendimento, tais como: idade, sexo, grau de escolaridade, tempo de mercado etc. Já outras questões relativas à estrutura de capital das referidas empresas, como: tipo de recursos utilizados, percentual de endividamento junto aos bancos e aos fornecedores, tipos de modalidade de crédito, período de endividamento.

A escolha do questionário se deveu pelo fato que, há grande dificuldade de acesso à informações através de demonstrativos contábeis que refletem a real situação da estrutura de capital das microempresas.

Foi encaminhado um link aos microempresários, através deste link eles puderam ter acesso ao questionário no Google Forms - serviço gratuito utilizado para criar formulários online, onde usuário pode produzir pesquisas de múltipla escolha, fazer questões discursivas, solicitar avaliações em escala numérica, etc. O período de aplicação foi do dia 05 de Novembro ao dia 10 de Novembro de 2018.

As respostas obtidas dos questionários constituíram o banco de dados desta pesquisa, para analisar estes dados foi utilizado um software de processamento e análise estatística – planejamento, coleta de dados, análise e relatório - o BM SPSS Statistics na versão 22.0.

4. ANÁLISE DE DADOS

Os resultados foram organizados e expostos através de tabelas atendendo a sequência do questionário. Foram analisadas as principais fontes de recursos utilizados pelas empresas da pesquisa, dentre outras informações sobre as características pertinentes aos microempresários e aos empreendimentos.

4.1 Análises de dados referentes à Características dos microempresários e dos empreendimentos

Foram aplicados 21 questionários á microempresas comerciais clientes do escritório de Contabilidade, Prime Contabilidade da cidade de Caratinga- MG.

Com relação ás características dos microempresários respondentes, e a partir dos dados coletados, verificou-se que 71,5 % deles possuem idade menor que 31 anos, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1- Idade dos Microempresários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Até 25 anos	6	28,6	28,6	28,6
	Entre 26 a 30 anos	9	42,9	42,9	71,4
	Entre 31 a 40 anos	5	23,8	23,8	95,2
	Entre 41 a 50 anos	1	4,8	4,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Em relação ao sexo dos microempresários, 52,4 % dos respondentes são do sexo feminino e 47,6% do sexo masculino, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2- Sexo dos Microempresários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Feminino	11	52,4	52,4	52,4
	Masculino	10	47,6	47,6	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

A respeito do grau de escolaridade, 11 respondentes afirmaram ter ensino superior, 6 possuíam o ensino médio, 1 ter curso técnico, 1 possuir pós-graduação, 1 ter Curso Técnico e 1 afirma estar cursando ensino superior incompleto. A tabela 3 demonstra estes dados.

Tabela 3- Grau de Escolaridade dos Microempresários

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Cursando ensino superior	1	4,8	4,8	4,8
	Curso Técnico	1	4,8	4,8	9,5
	Ensino médio	6	28,6	28,6	38,1
	Ensino superior	11	52,4	52,4	90,5
	Pós-graduação	1	4,8	4,8	95,2
	Superior incompleto	1	4,8	4,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Sobre a Atividade exercida anteriormente no ramo do negócio à ocupação dentro da empresa, 14, 3% dos respondentes afirmaram ter sido sócio de alguma empresa do ramo, 28,6% não possuía nenhuma experiência no ramo e 57, 1 % afirmaram já ter trabalhado como empregado em empresa do ramo. A tabela 4 abaixo apresenta esses dados.

Tabela 4- Atividade Exercida Anteriormente pelo Microempresário no Ramo do Negócio

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Foi sócio de alguma empresa do ramo	3	14,3	14,3	14,3
	Não possuía nenhuma experiência no ramo	6	28,6	28,6	42,9
	Trabalhou como empregado em empresa do ramo	12	57,1	57,1	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Quando os questionados sobre o tempo de atuação no mercado, 19% dos respondentes ter acima de 15 anos de atuação no mercado e 66,6% deles responderam ter até 5 anos de atuação e 14,3 responderam ter de 6 a 10 anos de atuação, de acordo com a Tabela 5.

Tabela 5 - Tempo de Atuação da Microempresa no Mercado

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Acima de 15 anos	4	19,0	19,0	19,0
	De 1 a 2 anos	5	23,8	23,8	42,9
	De 3 a 5 anos	5	23,8	23,8	66,7
	De 6 a 10 anos	3	14,3	14,3	81,0
	Menos de 1 ano	4	19,0	19,0	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Ao serem questionados sobre o principal responsável pela gestão financeira da empresa, 71,4% dos respondentes declararam ser o proprietário o responsável, 14,3% afirmaram ser algum membro da família, 14,3% ser um funcionário contratado, conforme pode ser verificado na Tabela 6.

Tabela 6 – Gestor da Microempresa

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Funcionário contratado	3	14,3	14,3	14,3
	Membro da família	3	14,3	14,3	28,6
	O proprietário	15	71,4	71,4	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

4.2 Análises dados referentes á resultados da pesquisa sobre a estrutura de capital das microempresas

Observou-se que 42,9% dos respondentes declaram ter utilizado, na abertura do negócio, recursos próprios e contraídos através de empréstimo junto á instituições financeiras, 42,9% utilizaram somente recursos próprios. Apenas 9,5%

dos respondentes declaram ter utilizado recursos próprios e de empréstimos junto á familiares e os que utilizaram somente recursos de terceiros foi somente 4,8%, segundo a Tabela 7.

Tabela 7 – Fonte de Recurso Utilizado na Abertura do Negócio

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Recursos próprios e contraídos através de empréstimo junto á instituições financeiras	9	42,9	42,9	42,9
	Recursos próprios e contraídos via empréstimos de familiares	2	9,5	9,5	52,4
	Somente recursos de terceiros	1	4,8	4,8	57,1
	Somente recursos próprios	9	42,9	42,9	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Sobre a utilização de empréstimos ou financiamentos junto á instituições financeiras para financiar seus negócios, 52,4% dos respondentes afirmaram que utilizam este de tipo de capital e que possuam facilidade para conseguir o crédito. O percentual daqueles que não utilizam é de 33,3% e 14,3% declararam que utilizam, porém possuem dificuldade para conseguir o crédito. Dados podem ser verificados na Tabela 8.

Tabela 8 – Utilização de Empréstimo ou Financiamento Junto á Instituições Financeiras para Financiar os Negócios

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Não utiliza	7	33,3	33,3	33,3
	Sim e possuo facilidade para conseguir o crédito	11	52,4	52,4	85,7
	Sim, mas possuo dificuldade para conseguir crédito	3	14,3	14,3	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Sobre fatores que dificultam a aquisição de crédito junto á instituições financeiras, 47, 6% dos respondentes afirmaram que o principal fator é a taxa de

juros elevada, 28,6% afirmaram ser a burocracia, 14,3% a falta de credibilidade da empresa, somente 4,8% afirmaram ser a taxas de juros abusivas. A tabela 9 abaixo apresenta esses dados.

Tabela 9 - Fatores que Dificultam a Aquisição de Crédito Junto à Instituições Financeiras

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Burocracia	6	28,6	28,6	28,6
	Falta de credibilidade da empresa	3	14,3	14,3	42,9
	Outros	1	4,8	4,8	47,6
	Taxa de juros elevada	10	47,6	47,6	95,2
	Taxas abusivas	1	4,8	4,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Quando perguntados sobre quantas vezes em média durante um mês é necessário recorrer á capital de terceiro para fazer frente às despesas de curto prazo, 38,1% dos respondentes declararam não recorrer nenhuma vez, 38,1% deles afirmaram recorrer somente uma vez e 23,8% responderam recorrer 2 vezes.

Tabela 10 – Média Mensal de Vezes que a Microempresa Recorre á Capital de Terceiro para Fazer Frente às Despesas de Curto Prazo

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	1 vez	8	38,1	38,1	38,1
	2 vezes	5	23,8	23,8	61,9
	Nenhuma	8	38,1	38,1	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Outra questão contida no questionário, indagava se ao contrair empréstimos e financiamentos você tenta negociar a taxa de juros. Cerca de 38% dos respondentes alegaram que sempre negociam e geralmente conseguem taxa menores, outros 38,1% alegaram que sempre negociam, mas raramente conseguem taxas menores. Já

19% declaram que nunca negociam e 4,8% que negocia, mas nunca consegue taxas menores. Esses dados podem ser observados na Tabela 11.

Tabela 11 – Negociação da Taxa de Juros de Empréstimos e Financiamentos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Nunca negocio	4	19,0	19,0	19,0
	Sempre negocio e geralmente consigo taxa menores	8	38,1	38,1	57,1
	Sempre negocio, mas nunca consigo taxas menores	1	4,8	4,8	61,9
	Sempre negocio, mas raramente consigo taxas menores	8	38,1	38,1	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

As modalidades de crédito mais utilizadas pelos respondentes da pesquisa são cheque especial, financiamento de máquinas e equipamentos e empréstimos parcelados, com porcentagem de 23,8, 19 e 14,3 respectivamente, conforme a Tabela 12 apresenta.

Tabela 12 – Modalidades de Crédito utilizada pela Microempresa

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Antecipação de recebimento de cartões de crédito	2	9,5	9,5	9,5
	Cheque Especial	5	23,8	23,8	33,3
	Crédito rotativo (conta garantida)	1	4,8	4,8	38,1
	Desconto de Cheques	1	4,8	4,8	42,9
	Empréstimos do BNDES	2	9,5	9,5	52,4
	Empréstimos parcelados	3	14,3	14,3	66,7
	Financiamento de Máquinas e Equipamentos	4	19,0	19,0	85,7
	Financiamento de Veículos (uso comercial da Empresa)	1	4,8	4,8	90,5
	Nenhum	1	4,8	4,8	95,2
	Outros, Quais?	1	4,8	4,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Sobre o percentual que a microempresa deve á fornecedores em relação à dívida total, 57, 1 % dos respondentes afirmaram que o percentual não ultrapassa 15%, outros 19% afirmaram que este percentual compreende de 16% a 30%, outros 19% responderem que o percentual é de 31% a 50%, e os demais afirmaram ser de 51% a 70%. A Tabela 13 demonstra estes dados.

Tabela 13 - Percentual que a Microempresa deve á Fornecedores em Relação à Dívida Total.

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Até 15%	12	57,1	57,1	57,1
	De 16% a 30%	4	19,0	19,0	76,2
	de 31% a 50%	4	19,0	19,0	95,2
	de 51% a 70%	1	4,8	4,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Ao serem questionados sobre o prazo máximo dos empréstimos contraídos pela microempresa, 33,3% afirmaram ser de 1 a 6 meses, 19% ser de 7 a 12 meses, 9,5% ser menor que 1 mês e 28,6% afirmaram não possuir empréstimos, conforme a tabela 14.

Tabela 14 - Prazo Máximo dos Empréstimos Contraídos pela Microempresa

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Acima de 48 meses	1	4,8	4,8	4,8
	De 1 a 6 meses	7	33,3	33,3	38,1
	de 25 a 36 meses	1	4,8	4,8	42,9
	De 7 a 12 meses	4	19,0	19,0	61,9
	Menor que 1 mês	2	9,5	9,5	71,4
	Não possui empréstimo	6	28,6	28,6	100,0
Total		21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Em relação ao prazo médio concedido pelos fornecedores, 19% dos respondentes responderam que o prazo médio é de 120 dias, 9,5% responderam ser

de 15 dias, 38,1% ser de 30 dias e 33,3% ser de 90 dias, de acordo com a Tabela 15 apresentada abaixo

Tabela 15 - Prazo médio concedido pelos fornecedores

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	120 dias	4	19,0	19,0	19,0
	15 dias	2	9,5	9,5	28,6
	30 dias	8	38,1	38,1	66,7
	90 dias	7	33,3	33,3	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Sobre o prazo médio concedido á clientes 42,9% dos respondentes disseram ser de 90 dias, 33,8% ser de 30 dias e 14,3% ser de 120 dias. Somente um respondente afirma que o prazo médio é de 15 dias e o outro que suas vendas são exclusivamente á vista. Essas informações podem ser verificadas na Tabela 16.

Tabela 16 - Qual o prazo médio concedido á clientes

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	120 dias	3	14,3	14,3	14,3
	15 dias	1	4,8	4,8	19,0
	30 dias	7	33,3	33,3	52,4
	90 dias	9	42,9	42,9	95,2
	á vista	1	4,8	4,8	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Sobre o endividamento da Microempresa nos últimos cinco anos, 19% dos respondentes declaram que o endividamento aumentou devido á inadimplência dos clientes, 9,5% que o endividamento aumentou devido ao acúmulo de juros de empréstimos anterior, 9,5% afirmaram que o endividamento aumentou devido á concorrência do mercado e outros 33,3% que o endividamento reduziu, conforme a Tabela 18.

Tabela 17- Endividamento da Microempresa nos Últimos Cinco Anos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Aumentou devido a inadimplência dos clientes	4	19,0	19,0	19,0
	Aumentou devido acúmulo de juros de empréstimos anterior	2	9,5	9,5	28,6
	Aumentou, devido a concorrência do mercado	2	9,5	9,5	38,1
	Reduziu	6	28,6	28,6	66,7
	Manteve-se	7	33,3	33,3	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

Quando questionados sobre o que considera mais vantajoso para financiar o seu negócio, 95,2% dos respondentes declaram ser mais vantajoso utilizar somente recursos próprios ou utilizar a combinação entre recursos de terceiros e próprios. Apenas 4,8% deles afirmaram como mais vantajoso utilizar somente recursos de terceiros. Na tabela 18 podem ser verificados estes dados.

Tabela 18- O que você considera mais vantajoso para financiar o seu negócio

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Utilizar recursos de terceiros e recursos próprio	10	47,6	47,6	47,6
	Utilizar somente recursos de terceiros	1	4,8	4,8	52,4
	Utilizar somente recursos próprios	10	47,6	47,6	100,0
	Total	21	100,0	100,0	

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2018.

5. CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Este estudo teve como objetivo investigar e analisar quais as fontes de recursos utilizadas pelas microempresas comerciais clientes do escritório de contabilidade Prime Contabilidade do município de Caratinga, bem como verificar características dos microempresários e dos empreendimentos. A hipótese tratada foi que as microempresas do estudo têm maior tendência a utilizar de recursos próprios, do que recursos de terceiros, para fazer frente aos seus investimentos.

Para atingir os objetivos desta pesquisa adotou-se a pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, por meio da pesquisa de campo. Para análise de dados utilizou-se o software IBM SPSS Statistics na versão 22.0.

Através dos resultados obtidos pode-se inferir que, na abertura do negócio, as microempresas comerciais estudadas nesta pesquisa tem uma tendência maior a utilizar recursos próprios do que recursos de terceiros e que quase a metade dos microempresários acreditam ser mais vantajoso utilizar somente recursos próprios para financiar seu negócio.

Conclui-se também que 52,4% dos das microempresas utilizam de empréstimos ou financiamentos junto á instituições financeiras para financiar seus negócios e que possuam facilidade para conseguir o crédito. Um percentual 28,6% das microempresas não possuem empréstimos junto á instituições financeiras.

As modalidades de crédito mais utilizadas pelos respondentes da pesquisa são cheque especial, financiamento de máquinas e equipamentos e empréstimos parcelados. Sobre o percentual que a microempresa deve á fornecedores em relação à dívida total, cerca de 57% das microempresas afirmaram que o percentual não ultrapassa 15%.

Á respeito das características dos microempresários, conclui-se que mais da metade dos microempresários possuem ensino superior e um percentual de 28,6% possuem ensino médio, a maioria trabalhou como empregado em empresa do ramo antes de abrir o próprio negócio, quase a metade deles possuem de 1 a 5 anos de atuação no mercado e mais de 70% deles declararam que o administrador do negócio é próprio microempresário.

Sugeri-se que sejam realizadas outras pesquisas com maiores informações sobre a estrutura de capital de microempresas, bem como abranger o universo da pesquisa para melhor análise deste ramo de empresas.

REFERÊNCIAS

ANJOS, A. S. **Análise do Crescimento do Empreendedorismo no Brasil com suas Características**. XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão 29 e 30 de setembro de 2016, ISSN 1984-9354. Disponível em : <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_M_03.pdf> Acessado em 25 de Maio de 2018.

ABEP - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critérios de classificação econômica Brasil**. 2018. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>> Acesso em 09 de Junho de 2018.

BANTERLI, F. R.; MANOLESCU, F. M. K. **As Micro E Pequenas Empresas No Brasil e a sua Importância para o Desenvolvimento do País**. XI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00512_01O.pdf. Acessado em 19 de Maio de 2018.

BNDES. **Circular nº 11/2010**. Rio de Janeiro, 05 mar. 2010. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/produtos/download/Circ011_10.pdf> . Acesso em: 13 de Maio de 2018.

BRASIL. **Lei complementar. Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 13/03/2018.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. 12.ed. Porto: Porto, 2003.

BORGES, Isabela de Sousa. **Variáveis endógenas dos micro e pequenos empresários que podem impactar na continuidade dos empreendimentos**. Dissertação de Mestrado. Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE, Vitória , 2008. Disponível em: http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Dissertacao%20Isabela%20Borges.pdf. Acessado em 29 de Maio de 2018.

CNDL; SPC Brasil. **Perfil Das Micro E Pequenas Empresas Brasileiras**. Junho 2015. Disponível em <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/relatorio_perfil_mpe1.pdf>. Acessado em 23 de Maio de 2018.

CARDOSO, Cláudio Gondarim. **Variáveis pertinentes aos empresários que impactam na continuidade de suas micro e pequenas empresas observadas**

em um escritório contábil. Dissertação de Mestrado. Fundação Instituto de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE, Vitória, 2007. Disponível em: http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/8/Dissertacao%20Claudio%20Gandorim.pdf. Acessado em 29 de Maio de 2018.

COSTA, A. P. N.; Leandro, L. A. L. **O Atual Cenário Das Micro e Pequenas Empresas No Brasil.** XIII SEGeT Simpósio de Excelência e Tecnologia 2016. Disponível em < https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/180_artigoaenviar.pdf>. Acessado em 20 de Maio de 2018.

DIÁRIO DE CARATINGA. **293 micros e pequenas empresas fecharam suas portas no município de Caratinga em 2015.** Jornal Diário de Caratinga em 01 de Abril de 2016. Disponível em: < <https://diariodecaratinga.com.br/?p=21957>>. Acessado em 25 de Outubro de 2017.

DOMINGUES, O. G. D.; TINOCO, J. E. P. **Gestão de Capital de Giro e Formação do Preço de Venda Praticado Pelas Micro e Pequenas Empresas.** Revista Ambiente Contábil – ISSN 2176-9036 - UFRN – Natal-RN. v. 9. n. 1, p. 77 – 96, jan./jun. 2017.

DOMINGOS, Guilherme Afif. **Empreendedorismo no Brasil 2015.** GEM: Global Entrepreneurship Monitor. Disponível em: < http://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/GEM_2015-Livro-Empreendedorismo-no-Brasil.pdf>. Acessado em 27 de Maio de 2018.

FABRES, S. F. C.; SILVA, K. L.; CAVALCANTI, R. G. **A Correlação entre a mortalidade das Micro e Pequenas Empresas e o índice de Inflação no Brasil.** Congresso Internacional de Administração 2016, de 13 a 16 de Setembro, Natal-RN.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da Metodologia.** São Paulo: Atlas, 1993.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_METODOLOGIA_DA_PESQUISA%281%29.pdf. Acessado em 15 de Maio de 2018.

GEM- Global Entrepreneurship Monitor. **Relatório Executivo 2017, Empreendedorismo no Brasil.** Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf> . Acessado em 20 de Maio de 2018.

_____. **Relatório Executivo 2016, Empreendedorismo no Brasil.** Disponível em: <
[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b4607994f241c36ef87a76f233fda2cf/\\$File/7578.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b4607994f241c36ef87a76f233fda2cf/$File/7578.pdf)> . Acessado em 20 de Maio de 2018.

_____. **Relatório Executivo 2015, Empreendedorismo no Brasil.** Disponível em: <
[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf)> . Acessado em 20 de Maio de 2018.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, J. V.; BEZERRA, M. N. A. S. **Perfil do Pequeno e Médio Empreendedor de Município Pernambucano.** Revista de Ciências Gerenciais, v.17 • n.25, 2013, p.109–128. Disponível em: <
https://www.researchgate.net/publication/318429541_Perfil_do_pequeno_e_medio_e_mpreendedor_de_municipio_pernambucano>. Acessado em 25 de Maio de 2018

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Micro e Pequenas Empresas Mercado de Trabalho e Implicação para o Desenvolvimento.** Governo Federal Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Ministro – Wellington Moreira Franco. Ipea, Rio de Janeiro 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_micro_pequenasempresas.pdf. Acessado em 23 de Maio de 2018.

KOS, S. R.; ESPEJO, M. M. S. B.; RAIFURE, L.; ANJOS, R.P. **Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão.** Enfoque: Reflexão Contábil, v. 33, n. 3 , p. 35-50 setembro / dezembro 2014, ISSN 1984-882X, DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v33i3.21069> .

MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria do Desenvolvimento da Produção; Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Brasil. **Micro, Pequenas e Médias Empresas: definições e estatísticas internacionais.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/acamara/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/temas-antiores-desativados-sem-texto-da-consultoria/propagandaeleitoral/pdf/defineMPE.pdf>.. Acesso em 11 de Maio de 2018.

MELO, K. B.; Prieto, M. F. **A gestão de custos em micros e pequenas empresas - MPEs: um estudo de caso em empresas de panificação na cidade de**

Uberlândia. Conferência Interamericana de Contabilidade Socioambiental - América do Sul III CSEAR', 2013, Belém. Anais. Disponível em: <<http://csearsouthamerica.net/events/index.php/csear/csear2013/paper/viewFile/72/71>>. Acessado em 26 de Maio de 2018.

MOREIRA, R. L.; ENCARNAÇÃO, L. V.; BISPO, O. N. A.; ANGOTTI, M.; E COLAUTO, R. D. **A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas.** Revista Contemporânea de Contabilidade, ISSN 2175-8069, UFSC, Florianópolis, v.10, n.19, p.119-140, jan./abr., 2013.

PICCHIAI, D. **A percepção de micro e pequenos empresários quanto a estratégias organizacionais.** Rev. FAE, Curitiba, v. 19, n. 1, p. 48-67, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/a_percepcao_de_micro_e_pequenos_empresarios_quanto_as_estrategias_organizacionais.pdf>. Acessado em 30 de Maio de 2018.

SANTOS, L. M.; FERREIRA, M. A. M.; Faria, E. R. **Gestão Financeira de Curto Prazo: Características, Instrumentos e Práticas Adotadas por Micro e Pequenas Empresas.** Revista de Administração da UNIMEP – Setembro / Dezembro – 2009, v.7, n.3. Página 70. Disponível em <<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/viewFile/145/386>> Acessado em 22 de Maio de 2018

SANTOS, V.; DOROW, D. R.; BEUREN, I. M. **Práticas Gerenciais de Micro e Pequenas Empresas.** Revista Ambiente Contábil – ISSN 2176-9036 - UFRN – Natal-RN. v. 8. n. 1, p. 153 – 186, jan./jun. 2016.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Análise do CAGED.** Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20do%20CAGED%2004%202018.pdf>>. Acessado em 09 de junho de 2018.

_____. **Empresários da indústria, construção, comércio e serviços no Brasil (2003-2013).** Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/69e563d410f230c0e5004f1d1998567a/\\$File/5454.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/69e563d410f230c0e5004f1d1998567a/$File/5454.pdf). Acessado em 21 de Maio de 2018.

_____. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** 2014. Disponível em <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Parti>>

cipacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf> Acessado em: 20/03/2018.

_____. **PPA 2018-2019-O Público do Sebrae.** 6ª edição – Junho/2017. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/documentos2/Ws567dR/Documentos%20de%20Refer%C3%Aancia/O%20publico%20do%20Sebrae%20ed%206.pdf>. Acessado em 22 de Maio de 2018.

_____. **Sobrevivência das Empresas no Brasil.** 2016. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>> Acessado em: 20/03/2017.

_____. **O Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (MPes) Paulistas. SONDA GEM DE OPINIÃO Agosto de 2009.** Disponível em : https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/financiamento_2009_sondagem_opinioao.pdf Acessado em 15 de Maio de 2018.

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. Presidência da República. **Tratamento Diferenciado às Micro e Pequenas Empresas: Legislação para Estados e Municípios.** 2014. Disponível em: <http://www.interlegis.leg.br/produtos_servicos/informacao/biblioteca-virtual-do-programa-interlegis/micro-e-pequena-empresa-legislacao-para-estados-e-municipios>. Acessado em 27 de Maio de 2018.

SILVA, D., J.,C. ; MIRANDA, L.,C.; FREIRE, D.,R.; ANJOS, L.,C.,M. **Para que Serve a Informação Contábil nas Micro e Pequenas Empresas?**. Artigo apresentado XXXIII Encontro Nacional da ANPAD (EnANPAD), 2009, São Paulo, 2009. Revista Contemporânea de Contabilidade , ISSN 1807-1821, UFSC, Florianópolis, ano 07, v.1, nº13, p. 89-106, Jan./Jun., 2010.

SILVA, Juvancir da; GRALIK, Elisabeth. **O perfil do empreendedor em microempresas do setor de confecções na cidade de Maringá, Paraná.** EGEPE – Encontro De Estudos Sobre Empreendedorismo E Gestão De Pequenas Empresas. 4. 2005, Curitiba, Anais... Curitiba, 2005, p. 1210-1220.

SIMÃO, M. R.; TEIXEIRA, A. J. C. **Variáveis Endógenas dos Micro e Pequenos empresários que Impactam na Continuidade dos Empreendimentos no Município De Manhuaçu-MG.** XXXVI Encontro da ANPAD Rio de Janeiro/RJ- 22 a 26 de Setembro de 2012. Disponível em: http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/MOACYR.pdf. Acessado em 20 de Maio de 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2003